MAQUIAVEL E OS PROFETAS ARMADOS: RELIGIÃO, POLÍTICA E VIOLÊNCIA

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2025.212.03>

Bruno Alexandre Cadete da Silva

Pós-doutorado em andamento em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

bruno_cadete@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0001-7067-6725>

RESUMO:

A presente pesquisa versa sobre os profetas armados, personagens políticos e históricos singulares da filosofia de Maquiavel. Em nossa análise, feita especialmente com base na famosa obra *O Príncipe*, os profetas armados são os mais poderosos agentes políticos das linhas argumentativas do autor florentino por associarem elementos como a religião, política, violência, entre outros na promoção de sua autoridade sobre diferentes corpos políticos, nobres e povo, bem como na fundação e manutenção dos seus domínios. A nossa investigação será dividida em duas partes: 1) uma compreensão geral sobre os profetas armados presentes em *O Príncipe* de Maquiavel, a saber: Ciro, Rômulo, Teseu e Moisés; 2) uma análise pormenorizada sobre o mais importante dos profetas armados: Moisés.

PALAVRAS-CHAVE:

Maquiavel. Profetas armados. Religião. Política. Violência.

MACHIAVELLI AND THE ARMED PROPHETS: RELIGION, POLITICS AND VIOLENCE

ABSTRACT:

This research deals with the armed prophets, unique political and historical figures in Machiavelli's philosophy. In our analysis, based especially on the famous work *The Prince*, the armed prophets are the most powerful political

agents in the Florentine author's lines of argument, as they associate elements such as religion, politics, violence, among others, in the promotion of their authority over different political bodies, nobles and people, as well as in the foundation and maintenance of their domains. Our investigation will be divided into two parts: 1) a general understanding of the armed prophets present in Machiavelli's *The Prince*, namely: Cyrus, Romulus, Theseus and Moses; 2) a detailed analysis of the most important of the armed prophets: Moses.

KEYWORDS:

Machiavelli. Armed prophets. Religion. Politics. Violence.

Introdução

Os profetas armados são agentes políticos e históricos – até mesmo, alegóricos – que para dominarem os diferentes corpos políticos encontrados nas obras de Maquiavel, nobres e povo, fizeram o uso associado de uma poderosa tríade: a política, a violência e, em especial, a religião. Para a presente pesquisa, nos referiremos apenas a compreensão, paradoxal ou não, sobre o agir político dos agentes históricos e políticos que Maquiavel denomina como profetas armados: Ciro, Rômulo, Teseu e Moisés.

Dentre os meios utilizados pelos profetas armados, a religião se encontra, notadamente, em uma posição mais elevada (Geuna, 2021). A capacidade da religião de atuar em diferentes esferas, seja de forma isolada, com apenas a religião e as suas armas tidas como espirituais, bem como quando se encontra associada a outro “mecanismo” basilar para o exercício de dominação na época de Maquiavel: a violência, demonstra toda a habilidade dessa estirpe de personagens políticos inovadores.¹

Quando a religião age no interior do quadro político, contribui, de forma efetiva, para a conduta dos indivíduos e, até mesmo, das instituições através da inspiração para as leis, condução dos exércitos, entre outros, evidenciando a sua imensa capacidade secular. A religião produz elementos, sobretudo retóricos, que direcionam a população para uma condição de obediência e coesão civil, transformando, em grande quadro, cidadãos comuns em súditos sujeitos aos mesmos princípios (Geuna, 2021).

Na relação entre a violência política e a religião, podemos observar como essas esferas podem ser complementares no arcabouço teórico de Maquiavel. No que se refere à manutenção de estruturas de

¹ No presente artigo, tomaremos como sinônimos as seguintes definições: personagens políticos, personagens históricos, agentes políticos, agentes históricos. Além disso, utilizaremos termos que, notadamente, não se encontram na literatura maquiaveliana, mas que servem para facilitar a nossa compreensão. Ainda sobre os personagens políticos e históricos de Maquiavel, segundo Sérgio Cardoso: “com seu manejo hábil dos instrumentos retóricos, Maquiavel transfere frequentemente aos próprios agentes históricos a palavra da interpretação que define sua situação e o sentido de sua intervenção da cena política” (Cardoso, 2022, p. 245).

domínio como o *stato*², quando o uso da religião não for suficiente para manter os súditos em comunhão e, por conseguinte, a estabilidade de formas de governo, principados ou repúblicas, dispor da violência como “técnica política” transforma-se em uma condição limite e vital.

Em um aspecto mais específico a religião possibilita, a partir do uso de sacrifícios considerados “sagrados”, uma espécie de justificativa plausível e ascende a uma condição singular em *O Príncipe* de Maquiavel. Os profetas armados, então, por serem agentes políticos responsáveis por fundarem domínios e, até mesmo em alguns casos, fundarem religiões, demonstram como surge a possibilidade de associação entre a violência política e a religião no interior – e limiar – das ordenações políticas.

O agir político daqueles que fizeram uso irrestrito da religião, os profetas armados, difere, evidentemente, dos profetas desarmados, sobretudo no que se refere ao episódio da perda do domínio da cidade de Florença pelo frei dominicano Girolamo Savonarola (Maquiavel, 2004), demonstrando que quando a religião não for suficiente para manter a estabilidade civil, a necessidade de associar a religião a um elemento, a princípio contraditório como a violência, torna-se uma condição imperativa.

A nossa hipótese consiste em demonstrar como os profetas armados podem ser considerados como os mais poderosos agentes políticos de *O Príncipe* de Maquiavel por associarem elementos como a religião, a política e a violência, sendo Moisés o mais importante profeta e manuseador dessa tríade. Para isso, dividiremos o presente estudo em duas partes: 1) uma compreensão geral sobre os profetas armados presentes em *O Príncipe* – mais especificamente no capítulo VI, *Dos principados novos que se conquistam com armas próprias e com virtù* – de Maquiavel, a saber: Ciro, Rômulo, Teseu e Moisés; 2) uma análise pormenorizada sobre o mais importante dos profetas armados: Moisés, tendo como alicerce a mais conhecida obra política de Maquiavel: *O Príncipe*, entre outros escritos do autor florentino. Além disso, faremos uso de alguns dos comentadores clássicos da literatura maquiaveliana, bem como autores contemporâneos que possuam pesquisas relacionadas aos profetas armados, religião, política, violência e a promoção de domínio.

²O conceito de “Estado” na obra de Maquiavel é demasiadamente ambíguo. Não nos cabe, na vigente pesquisa, desenvolver o tema do Estado ou definir o termo por se tratar de uma extensa investigação que necessita de um desenvolvimento específico, indo além do nosso escopo. Portanto, adotaremos o termo *stato*, como no original italiano das obras de Maquiavel, para nos referirmos a essa estrutura de domínio.

I Os profetas armados: religião, política e violência

Os profetas armados podem ser classificados como membros de uma estirpe singular na obra política de Maquiavel. Ao compararmos os profetas armados: Ciro, Rômulo, Teseu e Moisés com alguns papas renascentistas presentes nos escritos políticos de Maquiavel, mais especificamente: Alexandre VI e Júlio II que viveram, em grande quadro, como príncipes eclesiásticos, podemos compreender como o uso da força que residia na milícia papal elevou os papas a uma condição próxima – na esfera secular – dos profetas armados, como também pelo uso da religião e todos os seus meios “espirituais”.

Além disso, podemos destacar que a diferença basilar entre esses personagens históricos, profetas armados e os papas renascentistas, reside no apoio institucional constante que os papas obtiveram no seio do próprio papado, enquanto os profetas armados se configuravam como uma espécie de príncipes novos por serem fundadores de domínios, criadores ou exímios receptores da ocasião.³

Os profetas armados alcançaram maior êxito do que os papas renascentistas em seu apelo ao divino (Parsons, 2016), sobretudo no sentido – como a própria denominação desses agentes indica – profético. Sobre as profecias no contexto maquiaveliano, disserta Parsons: “Seu exemplo ensina que o principal valor da profecia é sua novidade e ousadia. A profecia liberta um fundador das ordens existentes, dando-lhe recurso aos modos extraordinários que lhe permitem fundar ordens novas e duradouras” (Parsons, 2016, p. 58). Ainda sobre as profecias, segundo Pocock: “A história profética, então, serviu como instrumento para politizar a graça, voltando a sacralizar a política” (Pocock, 2021, p. 72). Ao sacralizar a política, o seu uso se torna mais elevado, aumentando gradativamente o alcance de sua força.

Os profetas armados são, diferente da maior parte dos papas renascentistas – mesmo Alexandre VI e Júlio II –, executores diretos do uso da força. Em contrapartida, o uso da violência por parte dos profetas armados atinge uma posição mais elevada do que a prática dos príncipes *condottieri* por ter em sua essência a poderosa justificativa da época: a religião. Com efeito, os profetas armados são os manuseadores mais distintos da associação entre a violência e a religião em *O Príncipe* de Maquiavel.⁴

³Apesar desse breve comparativo com os profetas armados, não analisaremos os modelos de príncipes eclesiásticos. A apresentação dos príncipes eclesiásticos serve apenas de prelúdio para o desenvolvimento de uma categoria de agentes políticos semelhante em diferentes quesitos, mas, ainda assim, mais elevados nos mesmos parâmetros, como é o caso dos profetas armados.

⁴ Além dos profetas armados, e de alguns papas renascentistas, podemos citar, entre outros personagens, a associação entre violência e religião do rei Espanhol Fernando de Aragão, no episódio em que ataca os “marranos” com sua *piadosa crueldade* (Maquiavel, 2004).

Como vimos, esses agentes políticos se transformam em profetas através do seu elo com o divino, supostamente recebendo inspirações celestiais para as suas ações. Os profetas têm através de suas visões singulares, bem como a partir das instruções dos seus mentores, a oportunidade de se elevarem sobre outros indivíduos e estarem à frente de uma ordenação política. A suposta interação com os deuses, ninfas, entre outros, resulta em uma espécie de dádiva ímpar, produzindo nesses profetas uma forma de coragem e inspiração que apenas pode ser usufruída por raros indivíduos, verdadeiros “escolhidos” (Nederman, 1999). Sobre os profetas armados, segundo Lukes:

Maquiavel transforma os profetas armados em heróis, mas eles não são necessariamente modelos para a ação no presente. Os retiros nostálgicos de Maquiavel ao passado não devem ser automaticamente considerados remédios para o presente. Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu (e Numa) eram inovadores, assim como, eles tiveram o luxo (embora misturado com muitas responsabilidades) de trabalhar com materiais humanos brutos e sem forma (Lukes, 2014, p. 275).

Contudo, os profetas armados servem de exemplo, mesmo que não, necessariamente, como heróis inalcançáveis, mas, sim, como indivíduos que transformaram a matéria, o povo, que se encontrava em um estágio crítico, fragmentado, em um corpo político consolidado, dando forma a esse tecido social. Portanto, não há uma imitação direta, reproduzível, como uma “técnica” aplicável a todos os contextos, mas sim, uma possível adequação por parte dos príncipes do período do Renascimento – e outros agentes e instituições políticas – ao seu contexto com base no reconhecimento dos princípios exitosos dos profetas armados.

Quando Maquiavel descreve sobre os bons exemplos de indivíduos históricos, principia por apresentar os profetas armados como aqueles que venceram todas as adversidades de sua época através de sua excelência pessoal. Segundo Maquiavel: “quanto aos que, pela glória, *virtù* e não pela fortuna, se tornaram príncipes, digo que os mais importantes foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu, etc.” (Maquiavel, 2004, p. 24). Assim, as ações dos profetas armados se destacam sobre os exemplos encontrados na conduta de outros personagens históricos e, até mesmo, alegóricos da teoria política de Maquiavel.

A *virtù* se apresenta aqui como, de certo modo, a formadora da ocasião, estando inserida no agir político desses personagens históricos, independente da *fortuna*. Neste sentido, agiu Rômulo em Roma, Moisés entre os hebreus, Ciro na Pérsia e Teseu em Atenas (Nederman, 1999).⁵Sobre os profetas armados e a compreensão da ocasião surgente, para Pocock: “São os seres divinos ou divinamente ajudados que podiam criar sociedades porque sua *virtù* era tal que não carecia do quadro social que é a precondição da *virtù* nos homens ordinários” (Pocock, 2021, p. 197). O uso da religião pelos profetas armados se

⁵Em *Exortação à penitência* (2018a, p. 2383), Maquiavel cita Davi que, apesar da sua importância histórica, é pouco desenvolvido na obra do autor florentino.

configura, além da fundação de religiões, na posição de grandeza dos fundadores e condutores dessa doutrina. Com isso, para Maquiavel:

Entre todos os homens louvados, os mais louvados foram os cabeças e ordenadores de religiões. Logo depois destes, os que fundaram repúblicas ou reinos. Depois destes, são celebres os que, comandando exércitos, ampliaram seu próprio domínio ou o da pátria. A estes se somam os homens de letras. E, como estes são de vários tipos, são eles celebrados segundo o mérito de cada um. A qualquer outro homem, cujo número é infinito, atribui-se a parte de louvores que lhe é dada pela sua arte e pela sua atividade. São, ao contrário, infames e detestáveis os homens (Maquiavel, 2007b [I, 10], p. 44).⁶

Dessa forma, os profetas armados se destacam como representantes dessas três primeiras categorias: ordenadores de religiões, fundadores de repúblicas ou de reinos e, por fim, líderes de exércitos. Os letrados, no que lhe concerne, parece ser a categoria em que o próprio Maquiavel se encontra. A inovação trazida pelos profetas armados tornava os seus propósitos de criarem ordenações políticas ainda mais acessíveis quando se deparam com populações que aceitaram sem grandes questionamentos suas profecias e autoridade a partir do pretensão de desses profetas com as divindades (Lukes, 2014; Viroli, 2010).⁷

No entanto, como vimos, dispor apenas da religião, apesar de toda a sua força, não é suficiente para o êxito dos profetas armados. Com efeito, segundo Pocock: “Os profetas, sejam eles verdadeiros ou falsos, precisam da espada porque são inovadores” (Pocock, 2021, p. 200). Ainda sobre inovação, prossegue Pocock: “*Il Principe* continua a falar de príncipes novos, entretanto, o príncipe novo pertence à classe dos inovadores, à qual também pertencem os legisladores e os profetas” (Pocock, 2021, p. 201).

O reconhecimento da ocasião para a ação é uma habilidade que difere os indivíduos notáveis dos comuns. O agir político dos profetas armados, quando reconhecem o momento oportuno para os seus empreendimentos, remonta a dicotomia entre *virtù* e *fortuna*, sobretudo com base no entendimento de que a *fortuna* pode ser também interpretada como sinônimo de ocasião. Sobre as ações dos profetas armados, para Maquiavel:

examinando suas ações e suas vidas, veremos que não receberam da *fortuna* mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes aprouvesse. E sem

⁶Utilizaremos, entre colchetes, algarismos romanos para evidenciarmos o livro em que a citação se encontra, como também algarismos arábicos para indicarmos o capítulo.

⁷Notadamente, o uso excessivo dos meios extraordinários pelos profetas armados poderia configurar, mesmo sob a justificativa da religião, um modelo de governo tirânico, sobretudo quando o excesso de violência se mantém após a fundação de um novo domínio. Todavia, no que se refere à obra *O Príncipe*, não há um desenvolvimento de Maquiavel sobre o agir político dos profetas após a conquista de suas regiões, o que nos impede de produzir uma análise pormenorizada.

ocasião, a *virtù* de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a *virtù*, a ocasião teria vindo em vão (Maquiavel, 2004, p. 24).

Na citação acima, podemos analisar como a *virtù* se traduz no chamado à ação. A ocasião pode se apresentar, mas apenas a *virtù* permite o seu reconhecimento. Com efeito, a posse de *virtù* (posse por se tratar de uma “habilidade” que não se mantém integralmente com os agentes políticos) pode, dependendo do contexto e do agente político, criar a ocasião necessária para o agir político. Ainda sobre a citação analisada, se faz plausível uma breve associação sobre como o reconhecimento da ocasião se traduz na condução dos cidadãos ao uso das armas como uma forma de propósito civil. Assim, os profetas armados dispõem da possibilidade de conduzirem a matéria por justamente diferirem dos profetas desarmados como, novamente, implica o exemplo do monge dominicano Savonarola e, em um contexto próximo, o exemplo do antigo *gonfaloniere* de Florença, Piero Soderini, por falharem ao não fazerem uso dos meios disponíveis, as armas, na manutenção do domínio de Florença em um período de crise.

Em relação ao momento em que faltou *virtù* a Savonarola, podemos evidenciar que não aconteceu o mesmo com os profetas armados em seus respectivos períodos. Isto posto, Maquiavel exemplifica que os profetas armados: “não teriam conseguido que suas constituições fossem obedecidas por tanto tempo se estivessem desarmados” (Maquiavel, 2004, p. 26). O uso da força se mantém, em determinados momentos, como algo necessário, visto que para Maquiavel: “depois de vencerem esses perigos e passarem a serem venerados, tendo aniquilado os que tinham inveja de suas qualidades, tornam-se poderosos, seguros, honrados e felizes” (Maquiavel, 2004, p. 26).

Quando pensamos na religião como “instrumento” político, devemos demonstrar outros ângulos de sua superfície. No caso, intrínseco à religião, há o uso da retórica, contribuindo com a “mística” e o aumento gradativo do alcance persuasivo da religião. Partindo do pressuposto que a religião tem em sua fundação uma ação estritamente humana (Korvela, 2005), se torna evidente como a religião pode ser manuseada como um “mecanismo” de domínio para determinados grupos, como a nobreza, tendo em sua composição a capacidade de servir a esse corpo social. No âmbito civil, Maquiavel demonstra a força da religião pode criar estabilidade:

voltou-se para a religião, como coisa de todo necessária para se manter uma cidade [*civiltà*]; e a constituiu de tal modo que por vários séculos nunca houve tanto temor a Deus quanto naquela república, o que facilitou qualquer empreendimento a que o senado ou aqueles grandes homens romanos quisessem entregar-se (Maquiavel, 2007b [I, 11], p. 49).

Como imanente às ordenações políticas, através da secularização das leis divinas, a religião civil se desenvolve por toda a estrutura de diferentes formas de governo, repúblicas ou principados, transitando, efetivamente, entre o domínio temporal e espiritual. Isto posto, visto que todos os profetas

armados citados por Maquiavel em suas linhas argumentativas são fundamentais para compreender mais especificamente a associação que essa tríade: política, religião, violência pode produzir, devemos demonstrar com maior ênfase a atuação do principal profeta armado: Moisés.

II Moisés, profeta secular

Moisés é o “escolhido”. No que se refere às noções de domínio, nem César Borgia, nem mesmo Júlio II, nem qualquer outra personagem histórica ou alegórica presente na filosofia política de Maquiavel possui o histórico triunfante de Moisés (Nederman, 1999). Como fundador de reinos e, indiretamente, fundador de uma religião, judaico-cristã, Moisés se destaca entre, até mesmo, os profetas armados. Líder dos hebreus é, além do “eleito” por Deus para o cumprimento dos seus desígnios, o escolhido de Maquiavel para servir como modelo para todos os agentes políticos posteriores à sua trajetória.

Segundo Steven Marx, Maquiavel vê “Moisés como um heroico libertador e violento conquistador” (Marx, 1995, p. 554), sendo o agir político desse profeta armado delimitado, fundamentalmente, entre a força e a imposição das leis (Fontana, 1999; Montag, 2015). Como modelo para os príncipes novos, sobretudo no sentido de inovação e domínio, Moisés ascende com autoridade sobre um diferente corpo político, o povo, em um período de crise – a escravidão dos hebreus –, evidenciando, assim, a necessidade de um celeridade agir político (Granada, 2017).

Moisés, então, deve radicalizar as suas ações (Granada, 2017), fazendo uso de diferentes meios como a violência e as leis, assim como a retórica. A construção retórica de Moisés sobre si, bem como sobre os seus inimigos – leia-se: os inimigos de Deus –, produz os fundamentos para um maior êxito dos seus empreendimentos (Granada, 2017) por se tratar de uma força singular, justificada pelo divino.

Os personagens de Maquiavel pertencem, quando não estritamente confeccionados pelo autor florentino, a um contexto histórico ou se encontram em alguma literatura clássica da antiguidade. No caso de Moisés, esse profeta armado pode se encontrar, dependendo da interpretação, nesses diferentes cenários: contexto histórico e na literatura clássica (mais especificamente em um escrito canônico), sendo a fonte basilar da reflexão de Maquiavel sobre Moisés a própria Bíblia cristã.

Para Granada, a análise de Maquiavel dos exemplos encontrados na Bíblia é limitada ao agir político dos personagens consonantes com a sua filosofia (Granada, 2017). Maquiavel, então, lê a Bíblia como um texto secular, uma fonte histórica (Marx, 1995), possibilitando aos pesquisadores (as) de sua obra a reflexão sobre de qual prisma parte a sua compreensão (Montag, 2015). Sobre a interpretação bíblica de Maquiavel, segundo De Grazia:

Essas poucas referências talvez bastem para mostrar que Niccolò reconhece o Antigo Testamento como fonte, aconselha a lê-lo para recolher fatos históricos, tal como o número de homens mortos num determinado momento sob as ordens de um determinado indivíduo, e tratar esse indivíduo e outros parecidos como simples homens, por mais grandiosos que sejam “não obstante, foram homens” (De Grazia, 1993, p. 62).

Com base em sua exegese da bíblia, Maquiavel constrói o Moisés de suas linhas argumentativas. O profeta armado Moisés tem, como vimos antes, um vínculo estreito com a religião, mas não precisamente a funda. Ao seguir ordens, Moisés se torna, como veremos melhor a seguir, um “mero executor”. Se, de fato, Moisés apenas cumpria ordens, cria-se uma querela sobre a liberdade de suas escolhas, não havendo métodos para o seu agir político, apenas ações guiadas (Benner, 2009). Ao ser denominado como um executor das ordens divinas, possibilita-se também a compreensão de que o Deus judaico-cristão poderia se transformar em uma espécie de “instrumento” responsável pela legitimação dos atos desse profeta armado.

Todavia, mesmo se Moisés for considerado como parte de um “mecanismo” divino, um “escolhido” (Nederman, 1999), não cabe a diminuição de sua dimensão valorativa por, justamente, materializar as ordens tidas como celestiais. Dessa forma, para Maquiavel: “não se deva discutir sobre Moisés, uma vez que foi um mero executor de coisas ordenadas por Deus, ele deve ser admirado ao menos pela graça que o tornou digno de falar com Deus” (Maquiavel, 2004, p. 24). A habilidade de se comunicar com Deus, sendo confeccionada ou não, se transforma em um elemento indispensável para a justificativa de suas ações e engrandecimento de sua força (Marx, 1995). Como instrumento de outrem, podemos, de certa maneira, comparar a sua associação com o seu mentor: Deus.

Por outro lado, Moisés pode ser agente independente do celestial, confeccionando de forma oportuna a sua relação com Deus e, até mesmo, designando-se como um indivíduo que não é completamente dominado pela divindade, havendo momentos para argumentar e contrapor o seu preceptor (Geerken, 1999). No entanto, como discípulo, não há remorsos ou dúvidas nos empreendimentos de Moisés, pois esse profeta armado não agiria, a princípio, por um desejo pessoal ou mera vingança, sendo o seu agir político apenas o cumprimento de uma ordem capaz de servir como meio de resolução para a crise vigente, a escravidão do seu povo, os hebreus.

Como “mero executor” ou não, Moisés possui a habilidade singular de reconhecer a ocasião para agir. Assim, para Maquiavel: “era necessário, portanto, que Moisés encontrasse no Egito o povo de Israel escravizado e que este se dispusesse a segui-lo” (Maquiavel, 2004, p. 24). Portanto torna-se ainda mais

evidente como o reconhecimento da ocasião e a celeridade no agir são basilares para a demonstração de toda avirtúdesse líder religioso.

Além disso, podemos evidenciar, outra vez, como as ações de Moisés poderiam servir como meios de reflexão e inspiração para os príncipes novos. Em linhas gerais, a *virtù* do líder político é revelada conforme a adversidade que este agente enfrenta no momento do seu agir político. De forma enfática, para Viroli: “o verdadeiro herói de Maquiavel foi Moisés” (Viroli, 2010, p. 61). Não podemos afirmar com precisão sobre esse entendimento, pois, não nos parece, sequer, que Maquiavel possuía algum “herói” no cume de suas reflexões, mas, sim, um “escolhido” no interior do contexto de *O Príncipe* para servir de modelo superior de imitação. Contudo, em um entendimento até certo ponto próximo ao de Lukes, coloca Benner:

O principal objetivo dos raciocínios de Maquiavel sobre Moisés, então, não é encorajar a imitação num sentido literal ou direto. É antes para alertar os leitores contra a imitação de todos os seus modos, mesmo quando estes perseguem fins, como libertar um povo oprimido, que se assemelham aos seus. Os mortais comuns precisam encontrar outros meios mais comuns para atingir fins semelhantes, uma vez que somente os homens cujos movimentos são dirigidos por Deus sempre podem escapar impunes usando meios extraordinários (Benner, 2009, p. 430).

Concordamos com Benner sobre a impossibilidade de uma imitação literal do agir político de Moisés devido a sua aparente, e até mesmo singular, relação direta com Deus (o que indica, como a própria autora afirma, uma maior possibilidade de impunidade, vingança), mas, de um diferente modo, mantemos no horizonte a compreensão de que Moisés serve como um modelo elevado de imitação por, justamente, possuir resultados elevados.

Portanto, mesmo que o agir político de Moisés possa parecer excessivo, o julgamento da sua ação depende do seu resultado. Neste sentido, nos *Discorsi* encontramos um exemplo direto dessa relação, entre ação e resultado, quando outro profeta armado, Rômulo, comete fratricídio contra Remo, em que Maquiavel afirma: “Cumpre que, se o fato o acusa, o efeito o escuse; e quando o efeito for bom, como o de Rômulo, sempre o escusará: porque se deve repreender quem é violento para estragar, e não quem o é para consertar” (Maquiavel, 2007b [I, 9], p. 41).

Ao libertar os povos escravizado sem uma única e radical ação, Moisés também pode ter seu agir político considerado como exitoso, “justificável”. Como vimos, o excesso de violência pode se tornar reprovável, em especial no que concerne à manutenção dos domínios, quando seu resultado não é suficientemente “reparável”. Em *O Príncipe* encontramos uma singular definição sobre o uso excessivo da violência – mais especificamente da crueldade – em que Maquiavel determina como:

São bem empregadas as crueldades (se é legítimo falar bem do mal) que se fazem de uma só vez pela necessidade de garantir-se e que depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo possível de utilidade para os súditos. Mal empregadas são aquelas que, ainda que de início sejam poucas, crescem com o tempo, ao invés de se extinguirem (Maquiavel, 2004, p. 41).

Isto posto, o exemplo de Moisés se mantém como uma referência que, ao ser meramente seguido, garantiria, ao menos, a promoção de ações tidas como elevadas, mesmo que não atinjam uma determinada proximidade do alcance do agir político desse “executor das ordens divinas”. Ao fazer uso da força mantenedora de domínios e de uma poderosa retórica religiosa, Moisés confere os exemplos basilares que, mesmo minimamente adaptados a cenários específicos, poderia promover uma trajetória triunfante.

As contribuições de Moisés como possível modelo de liderança política também são construídas pelas práticas seculares desse profeta armado. Como legislador, Moisés atuou de forma direta na transição das primeiras leis divinas para o secularismo no âmbito judaico-cristão (Granada, 2017) e assim “fazer cumprir as normas de uma nova religião monoteísta” (Geuna, 2021, p. 131), sendo um legislador clássico que se eleva sobre os demais legisladores ou adeptos da manutenção das leis e, também, sobre os outros profetas armados (Pocock, 2012). De modo geral, para Pocock:

O legislador-profeta é uma figura ainda mais rara nos *Discorsi* do que em *Il Principe*, porque a *virtù* do legislador torna-se menos importante que os processos sociais e educativos que ele põe em movimento, e que lhe permitem viver no tempo e ser uma figura inferior a Licurgo ou Moisés (Pocock, 2021, p. 221).

Como legislador e com o uso do “manto divino”, Moisés se torna o detentor de toda “justiça” e, assim, da força tida como temporal (Geerken, 1999). A compreensão de Deus como mecanismo de Moisés transforma, gradualmente, a recém-fundada religião em algo próximo – em termos vigentes – a uma “técnica” política. As leis, assim como a religião, possuem, notadamente, os seus próprios limites.

Isto posto, podemos sublinhar como o profeta armado Moisés é, além de legislador, líder religioso e libertador de povos, um guerreiro que recorre à força como um elemento justificado pelo seu mentor, Deus (Geerken, 1999), demonstrando como o desembainhar da espada mantém a força e a validade de suas profecias (Parsons, 2016). Em um episódio bíblico sobre o uso da violência por Moisés, disserta Geerken:

Moisés, em uma palavra, havia sacralizado a violência no Sinai, mostrando sua dívida e conluio com seu instrutor divino. Antes deste episódio, todo o fluxo de sangue havia sido iniciado e conduzido por Deus. O expurgo de Moisés, portanto, foi histórico tanto por sua magnitude quanto por sua agência humana (Geerken, 1999, p. 583).

A violência cometida por Moisés rememora os princípios do uso desse meio para a fundação e manutenção dos domínios (Tavera Villegas, 2019), demonstrando, segundo Viroli, como “o

comportamento de Moisés é o perfeito exemplo da crueldade bem usada” (Viroli, 2010, p. 64). Assim, a natureza desse implacável ato transgressor, traduzido no extenso número de mortos (três mil), possibilita a compreensão de uma “punição divina ou desastre natural” (Parsons, 2016, p. 51).

Destarte, prossegue Parsons: “essa punição pode ocorrer em forma de invasão estrangeira, uma praga, ou uma revolução política” (Parsons, 2016, p. 52). Nesse contexto, os israelitas mortos no Sinai, os “homens maus, invejosos”, serviram de exemplo de como uma impiedosa lição divina instaura após esse episódio, de certa maneira paradoxal, as leis e a ordem (Parsons, 2016). Sobre essa ação, para Parsons:

Em primeiro lugar, pode ajudar a melhorar a reputação de um fundador, fornecendo uma justificação divina para os atos sangrentos que são idênticos à fundação de uma nova ordem. Sem tal justificação, as gerações subsequentes irão, na melhor das hipóteses, identificar o príncipe como uma figura meramente temporal, com a intenção de assegurar o poder político (Parsons, 2016, p. 56).

Em linhas gerais, na obra política de Maquiavel não cabe, em diferentes momentos, uma espécie de “juízo de valor” sobre determinadas práticas, mas, sim, a análise restrita sobre os seus efeitos (Ames, 2006). Desse modo, Moisés utiliza a violência sob a justificativa de que os seus adversários antagonizam diretamente com os planos de Deus. Os “inimigos de Deus” são personificados como o mal, atestando, nesse sentido, a violência que os destrói (Geerken, 1999).

É por essa razão que a força “expiatória” pode ser considerada como “pedagógica”. Segue-se daí, novamente, como a violência promovida por Moisés contra os seus adversários, para não manter seu povo escravizado, pode ser considerada uma conduta ajustada (Geerken, 1999; Tavera Villegas, 2019; Parsons, 2016; Granada, 2017). Como profeta armado, Moisés se eleva sobre os supracitados Savonarola e Piero Soderini, que abdicaram do expediente da força quando foi mais preciso (Geerken, 1999). Sobre o comparativo entre os profetas Moisés e Savonarola, segundo Tavera Villegas:

Desta forma, se os métodos ordinários são aqueles que empoderam o povo, a diferença entre os profetas Moisés e Savonarola resume-se ao fato de que enquanto o primeiro, em defesa das instituições por ele criadas, fundou a sua autoridade no poder de pessoas armadas, o frade dominicano, tendo à sua disposição mecanismos de decisão popular, optou por não observá-los (Tavera Villegas, 2019, p. 135).

Dessa forma, podemos compreender outro fundamento da conduta exitosa de Moisés a partir da manutenção de sua força com base no apoio das instituições e do povo. Ao armar esse corpo social, o povo, Moisés expande o seu domínio, garantindo, quando preciso, a sua autoridade sobre esse extenso tecido social por ser um profeta armado. Seguindo na esteira da associação entre os agentes políticos e as divindades, quando Maquiavel coloca, em uma obra tida como literária, *A vida de Castruccio Castracanni*, que: “Deus ama os homens fortes, porque sempre se vê que castiga os impotentes por meio dos poderosos” (Maquiavel, 2007a, p. 590), possibilita a análise de como na literatura do autor florentino

o reflexo do pretense desejo de Deus se traduz em uma forma de “pedagogia” punitiva que pode ser transmitida de forma coercitiva (Geerken, 1999; Marx, 1995). Ainda podemos examinar essa sentença como uma forma de os agentes políticos supostamente alcançarem a divindade a partir da interpretação do desejo divino, sobretudo através de suas ações os configurarem como indivíduos dotados de virtù, enquanto há a derrocada daqueles que não possuem esse conjunto de habilidades.

A crença na divindade por parte dos súditos fornece ao emissário de Deus judaico-cristão, Moisés, a capacidade de manusear os desejos dos indivíduos mediante um elo tido com o sagrado, sendo uma forma de dominação em sua configuração mais elaborada. Com efeito, o “Deus de Maquiavel” se manifesta como um instrumento, em especial, quando os limites do entendimento humano se descortinam e, assim, os habilidosos agentes políticos conseguem converter as hesitações da população, isto é, os humores dos cidadãos, em elementos políticos (Geerken, 1999).

Considerações finais

A radicalidade das ações dos profetas armados estabelece avanços significativos para a administração da força desses agentes. Neste sentido, os corpos políticos, nobres e povo, diminuem, após vivenciarem uma severa experiência, a possibilidade de almejam algum tipo de vingança, validando, ainda mais, o domínio dos seus algozes. De forma efetiva, tornam-se mais piedosos aqueles que fazem o uso radical da violência do que aqueles que, pela ausência dela, permitem que as desordens aconteçam e, assim, aflijam ainda mais os seus próprios cidadãos (Maquiavel, 2004). Além disso, quando os profetas armados, na iminência de impedir um pretense “mal maior”, aplicam medidas extraordinárias, evitam assim a cólera dos súditos e a decorrente ampliação do ódio, pois, enquanto os súditos estiverem sempre revivendo as injúrias, não poderão, notadamente, esquecê-las (Maquiavel, 2004).

Em relação a Moisés, os encômios proferidos por Maquiavel sobre a figura desse profeta armado revelam uma aproximação entre dois indivíduos que, aparentemente, amam mais a sua pátria do que a si (Geerken, 1999). Com isso, quando houve a necessidade de salvação de sua própria pátria, Moisés teve que agir segundo os meios que tinha a sua disposição: a força das armas e das leis e a religião (além de uma retórica consonante com a religião recém-fundada), mantendo a sua liberdade e a dos seus concidadãos, enquanto Maquiavel parece murmurar nas entrelinhas de seus argumentos o mesmo desejo:

a pretensa salvação da sua pátria, ou seja, a libertação da península itálica dos conflitos internos e das invasões estrangeiras.⁸

Moisés, então, se transforma no plano secular em uma forma de “artesão” que através da “técnica”, a religião, atinge, em um primeiro momento, o âmago dos indivíduos, como também possui a percepção efetiva de que apenas a força assegura o que nenhuma retórica pode garantir. A associação entre a religião e a violência permite, assim como o mito prometeico, aproximar o gênero humano dos deuses no que se refere a propiciar mudanças significativas. Moisés segue, dessa forma, como o agente político mais elevado e imitável (dentro dos limites terrenos) de *O Príncipe* de Maquiavel.

Agradecimentos

Agradeço imensamente aos (as) pareceristas pela análise precisa e respeitosa do presente artigo. Essa contribuição permitiu um enriquecimento direto do texto. Todas as imprecisões que ainda se encontram na pesquisa são de minha inteira responsabilidade.

Referências

- AMES, J. L. Religião e Política no Pensamento de Maquiavel. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 113, Jun/p. 51-2, 2006.
- BENNER, E. *Machiavelli's Ethics*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- CARDOSO, S. *Maquiavelianas: lições de política republicana*. São Paulo: Editora 34, 2022.
- DE GRAZIA, S. *Maquiavel no inferno*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- FONTANA, B. Love of country and love of god: the political uses of religion in Machiavelli. *Journal of the History of Ideas*, vol. 60, no. 4, University of Pennsylvania Press, pp.639-658, 1999.
- GEERKEN, J H. Machiavelli's Moses and Renaissance Politics. *Journal of the History of Ideas*, University of Pennsylvania Press. Vol. 60, No. 4, pp. 579-595, 1999.
- GEUNA, M. The Modes Taken by Saint Gregory: Machiavelli and the Violence of Religious Sects / M. Geuna - In: *Machiavelli Discourses on Livy: New Readings* / [a cura di] D. Pires Aurelio, A. Santos Campos. - Prima edizione. - Leiden, Boston: Brill, pp. 117-142, 2021.

⁸ Não podemos afirmar, de fato, sobre o que se configuraria como o pretenso anseio de Maquiavel pela libertação de sua pátria, nem mesmo, o que o autor florentino compreende como pátria. Todavia, no último capítulo de *O Príncipe: Exortação a tomar a Itália e libertá-la das mãos dos bárbaros*, se torna possível, assim como em sua carta direcionada a Francesco Vettori em 16 de abril de 1527, entre outras obras, exatamente o entendimento sobre o que Maquiavel confia: “amo a pátria mais que minha alma” (Machiavelli, 2018b, p. 3080).

GRANADA, M. A. Maquiavelo y Moisés. *Res Publica. Revista de Historia de las Ideas Políticas*, 20(1), 141-156, 2017.

KORVELA, P-E. Machiavelli's Critique of Christianity. *Redescriptions. Yearbook of Political Thought and Conceptual History*, v. 9, n. 1, p. 183-213, 2005.

LUKES, T. J. To bamboozle with goodness: the political advantages of Christianity the thought of Machiavelli. *Renaissance and Reformation*, v. 20, n. 4, p. 266-267, 2014.

MACHIAVELLI. Exortatione alla Penitenza. In. MACHIAVELLI. *Tutte le opere*. Secondo Edizione di Mario Martelli. Milano: Bompiani Il pensiero occidentale, 2018a.

_____. Lettere. In. _____. *Tutte le opere*. Secondo Edizione di Mario Martelli. Milano: Bompiani Il pensiero occidentale, 2018b.

MAQUIAVEL. *A vida de Castruccio Castracani de Lucca*. Glossário e revisão técnica Patrícia Fontoura Aranovich. Tradução MF; edição de texto Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

_____. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Glossário e revisão técnica Patrícia Fontoura Aranovich. Tradução MF; edição de texto Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

_____. *O Príncipe*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARX, S. "Moses and Machiavellism", *Journal of the American Academy of Religion*, 65, núm. 3, p. 551-571, 1995.

MONTAG, W. "Uno Mero Esecutore: Moses, Fortuna, and Occasione in The Prince", en Del Lucchese, Frosini y Morfino (eds.), *Radical Machiavelli: Politics, Philosophy, and Language*, Leiden, p. 237-249, 2015.

NEDERMAN, C. J. "Amazing Grace: Fortune, God, and Free Will in Machiavelli's Thought." *Journal of the History of Ideas*, v. 60, n. 4, University of Pennsylvania Press, pp. 617-638, 1999.

PARSONS, W. *Machiavelli's Gospel*. 1st ed. Boydell & Brewer, 2016.

POCOCK, J.G.A. *O momento maquiaveliano: o pensamento político florentino e a tradição republicana atlântica*. Trad. Modesto Florenzano. Niterói: EdUFF, 2021.

TAVERA VILLEGAS, H. D. El Moisés de Maquiavelo, o de cómo combatir la envidia. *Estud. polít.* (Méx.), Ciudad de México, n. 47, p. 117-139, 2019.

VIROLI, M. *Machiavelli's God*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

Recebido em: 09/10/2024

Aceito em: 25/03/2025